

EM TORNO DO DESCOBRIMENTO(?) DA MADEIRA

ALGUMAS NOTAS



Atlas Catalão de Abraão Cresques (cerca de 1375)

ALBERTO VIEIRA/milsumav@inbox.com

Com a proximidade do dito descobrimento da Madeira perfilham-se conhecimentos, protagonismos e oferecimentos para a presença na festa que se avizinha.

Aqui, apenas algumas ideias e esclarecimentos

E prometemos mais em breve.

1.DESCOBRIR/DESCOBRIMENTO. Os conceitos descobrir e descobrimento só entraram na terminologia do século XV a partir de 1470. Até então usava-se as palavras achar, saber parte de, obter informação. É isso que acontece em Zurara que quanto à Madeira refere sempre buscar e achar. O sentido era duplo, pois tanto queria significar conhecimento pela primeira vez, como em segunda mão, isto é, no sentido de revelar o que se tinha informação vaga e restrita. O descobrimento só acontece quando é aceite e conhecido de todos.

Fontoura da Costa distingue o descobrimento histórico do oficial. O primeiro fundamenta-se nas informações, mais ou menos vagas, da tradição, enquanto o segundo é o acto de demarcação oficial do achado. O descobrimento dos portugueses foi a revelação de um espaço em termos geográficos e económicos e a sua incorporação no mundo conhecido através da sua representação cartográfica.

2. O DIA DO DESCOBRIMENTO/RECONHECIMENTO. Segundo Gaspar Frutuoso o descobrimento oficial da ilha da Madeira teve lugar a 1 de Julho de 1419, desembarcando os portugueses na baía de Machico no dia seguinte, então o dia da visitação de Santa Isabel. Esta data é questionável à luz do calendário, uma vez que em 1419 o dia 2 de Julho não foi um domingo, como o pretende afirmar Gaspar Frutuoso. Em 1590, uma das datas apontadas para a redação do livro sobre a Madeira, o dia 2 de Julho coincide com um domingo o que poderá ter levado o autor a semelhante equívoco.

De acordo com um documento de 1813 o 10 de Agosto é “dia celebre na mesma ilha por ser aniversario do seu descobrimento”.

3. POVOAMENTO e / ou COLONIZAÇÃO. A ação portuguesa na década de 20 do século XV deve ser entendida como um processo de povoamento, e nunca de colonização, pois estamos perante uma porção de terra desabitada cuja paisagem foi humanizada apenas com a entrada de portugueses.

Esta singularidade do processo favoreceu a ocupação portuguesa permitindo o ensaio de técnicas, produtos e formas de organização do espaço, livres de qualquer entrave humano.

Os resultados foram de tal modo profícuos que o exemplo madeirense teve um lugar relevante na expansão peninsular, sendo a referência ou modelo para as experiências de povoamento que se seguiram.

4. A data de início do povoamento: 1420-1425-1433. Não há consenso quanto à data em que o solo da ilha começou a ser desbravado pelos primeiros colonos europeus. Alguns cronistas e a tradição são unânimes em afirmar o ano de 1420.

O infante D. Henrique declarava em 1460: “comecei a povoar a minha ilha da Madeira haverá ora XXXV anos...”, isto é, a partir de 1425 ele iniciara o povoamento da ilha. Mas, na doação régia de 1433, o monarca afirmara “que agora novamente o dito infante por nossa autoridade povoa”. Querera isto dizer que o infante só nesta data ele assumiu o comando do processo ? Não. Pelo menos esta não é a opinião do Infante, que nas cartas de doação das capitánias apresenta João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo, como os primeiros povoadores por seu mandado.

Só podemos falar de povoamento a partir de 1425 ou 1433, contrariando a opinião dos cronistas ? A resposta parece ser também negativa, à luz do que nos dizem os documentos:

- sentença do Duque D. Diogo de 6 de Fevereiro de 1483 refere que “podia haver cinquenta e sete anos, pouco mais ou menos, que a essa ilha fora João Gonçalves Zargo, capitão que fora nessa ilha, levando consigo sua mulher e filhos e outra gente...”,

- sentença de Diogo Pinheiro, vigário de Tomar em 1499, afirma-se: “poderá bem haver oitenta anos que a dita ilha era achada pouco mais ou menos e se começara a povoar”.

A última versão é corroborada em 27 de Julho de 1519 por acórdão da Câmara do Funchal em que se dá conta do início do povoamento há cem anos atrás.

Os documentos abonam diversas versões. O primeiro coincide com a data apontada pelo infante, o segundo corrobora os cronistas.

Face a esta divergência de datas, a única conclusão possível é que o povoamento efectivo terá começado a partir de finais do primeiro quartel do século XV.

5. POVOAMENTO DA MADEIRA: O REI OU O INFANTE ? Uma das questões mais debatidas nos primórdios da História da Madeira prende-se com o protagonismo do rei D. João I e do infante D. Henrique no processo de (re)descobrimento e ocupação das ilhas do arquipélago.

A leitura das crónicas leva-nos a concluir que tudo começou sob a orientação da coroa. De todas, a mais esclarecedora é a “Relação de Francisco Alcoforado” que diz ter o infante ordenado a João Gonçalves Zarco que “fosse logo a El Rei a Lisboa”. E foi o rei quem mandou preparar as embarcações para a viagem de reconhecimento da ilha como depois do povoamento. Em 1443 D. Duarte reclamava a sua intervenção referindo as ilhas “que agora novamente o dito infante per nossa autoridade povoa”.

O próprio infante D. Henrique testemunha o protagonismo de seu pai ao afirmar em 1460 que “Por serviço de El-Rei meu senhor e padre de virtuosa memória, (...) comecei a povoar a minha ilha de Madeira haverá ora XXXV anos, E assim mesmo a de Porto Santo e daí prosseguindo a deserta (...)”. O infante diz que só em 1425 tomou conta do processo, enquanto a documentação estabelece o ano de 1433 como o de início desta intervenção e direito como senhor da ilha.

Esta ideia contraria outra veiculada pelo próprio Infante nas cartas de doação das capitânias de Madeira e Porto Santo. Em 1440 ao conceder a posse da capitania de Machico a Tristão Vaz declara que este havia sido “um dos primeiros que por seu mandado fora povoar as ditas ilhas”. O mesmo surge quanto ao Porto Santo em 1446 e ao Funchal em 1450. Neste último caso o infante considera João Gonçalves Zarco como “o primeiro que por seu mandado povoara a ilha”. D. Afonso V, em 1454, tem outra opinião ao afirmar que “por serviço de Deus e nosso conquistou e povoou” as ilhas de Madeira e Porto Santo. Em 1461 reafirma que João Gonçalves Zarco fora o primeiro povoador aí enviado pelo infante. Esta ideia é expressa, mais tarde, pelo capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara: “esta ilha era uma horta do senhor infante e ele pôs e trouxe a semente e plantou estas canas e a deu a toda a ilha à sua própria custa (...)”. Isto contraria a ideia defendida por alguns de que a coordenação desta tarefa pertenceu ao rei, por intermédio do vedor da fazenda João Afonso.

De concreto apenas se sabe que foi no uso dos plenos poderes conferidos pela doação de 1433 que o infante D. Henrique distribuiu, a partir de 1440, as terras do arquipélago àqueles que haviam procedido ao reconhecimento delas e que seriam os seus capitães.

6. CAPITÃO DO DONATÁRIO / CAPITÃO DONATÁRIO . Os primeiros povoadores a quem foi concedida a posse das capitânias passaram a chamar-se capitães do donatário. Isto porque acima deles estava o donatário sendo, de acordo com as cartas de doação, representantes do infante. A alçada era delegada pelo senhor ou donatário, e por isso exerciam em seu nome a justiça e administração do património. A primeira referência a este estatuto de capitão surge numa carta de doação de 1450 para os Açores.

O infante D. Henrique, conforme o que estava estabelecido na primeira doação de 1433, era o senhor das ilhas. João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo receberam o encargo para, em nome do infante, coordenarem as tarefas de povoamento e administração dos novos espaços. Estamos, por isso mesmo, perante capitães em representação do donatário, sendo chamados de capitães do donatário e não capitães donatários como são impropriamente referidos. Esta última situação acontece apenas nos locais, como S. Tomé, onde não existiu a figura intermédia do donatário ou então na Madeira a partir de 1497, quando acabou o senhorio.

(Publicado por Alberto Vieira em 2001)